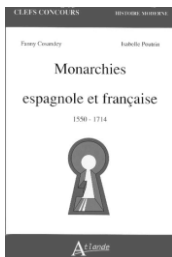


## RECENSÕES



COSANDEY, Fanny; POUTRIN, Isabelle – *Monarchies espagnole et française, 1550-1714*. Belgique: Atlande, 2001. 640 pp. (*Clefs Concours – Histoire Moderne*). ISBN: 2-912232-24-4.

A obra que recenseamos enquadra-se na esteira de uma visão historiográfica que encara a história política de um ângulo de observação particular. Fanny Cosandey, especialista em História Moderna francesa, e Isabelle Poutrin, cujo estudo incide sobre a mesma época mas para o âmbito da Monarquia Hispânica, sublinham, de facto, esta intenção. Em concreto, esta posição surge na sequência de alguns reparos que têm vindo a emergir por parte de correntes historiográficas herdeiras dos *Annales* e que visam atribuir ao conceito de “político” horizontes de investigação mais vastos e plurifacetados, nomeadamente fazendo-o interagir com o campo económico, ideológico, com o poder simbólico, o imaginário e manifestações de prestígio social<sup>1</sup>. É bem evidente, portanto, a linha de actuação da *Escola dos Annales* no tocante à crítica da história política cuja simples preocupação é a de relatar os acontecimentos isolados, secundarizando o tempo longo da estrutura, ou o ritmo mais curto da conjuntura. Por outro lado, consideram-se os acontecimentos não como determinantes da acção política, mas como manifestação do exercício do poder. Realce-se, contudo, a marginalização das vertentes económica e demográfica, uma opção justificada pelo facto daquelas não influírem «[...] directamente no espaço

---

<sup>1</sup> Cfr. p. 18. Sempre que me escusar a registar a referência bibliográfica é porque me estou a referir à obra em análise.

político.»<sup>2</sup>. Por outro lado, não poderia deixar escapar uma referência à dupla autoria deste trabalho, não só pelas evidentes vantagens conferidas pelo empréstimo de uma maior profundidade crítica às realidades hispânica e francesa, decorrentes das diferentes especializações das autoras, mas também pelos resultados inerentes à metodologia que lhes está associada. Há alguns aspectos que convinha, no entanto, matizar relativamente a esta questão. Repare-se que as ambicionadas vantagens resultantes de uma metodologia que privilegie uma pluridisciplinaridade associada a uma aproximação historiográfica enraizada na longa duração, deixam transparecer uma certa falta de harmonia, talvez necessária, na abordagem de um amplo e disperso leque temático a que se pretendia emprestar uma uniformização ao nível do tratamento.

*Monarchies espagnole et française, 1550-1714*, reúne, apesar de tudo, os objectivos a que inicialmente se propuseram as autoras. Na verdade, se atentarmos na própria cronologia apontada no título e tendo presente o que atrás ficou dito, facilmente nos apercebemos que a delimitação cronológica privilegia o tempo longo, espaço esse que é preenchido em anexo, onde se compilam os principais acontecimentos desde o saque de Roma e o nascimento de Filipe II (1527) até ao Tratado de Radstadt (1714).

Ancoradas em torno de cinco capítulos, as monarquias espanhola e francesa são submetidas a uma análise que, harmonizando temas como o monarca, teoria política, mecanismos implementados pelas respectivas coroas no intuito de assegurar o seu poder, as políticas de conjunto e a situação dos territórios englobados ou disputados pelas duas partes, visa o estabelecimento de uma linha de evolução assente no entendimento do modo como interage este elenco de factores e nos resultados dessa interacção.

Deste modo, o primeiro capítulo denota, compreensivelmente, com um carácter autónomo relativamente ao restante texto, uma vez que o objectivo subjacente residiu na enumeração de uma factologia de cariz político que facultasse o enquadramento

---

<sup>2</sup> Note-se que as duas autoras vêm publicando um conjunto de artigos e obras que denotam precisamente este questionar do político. Senão repare-se em alguns dos seus títulos mais significativos: Fanny Cosandey – *La reine de France. Symbole et pouvoir*. Paris: Gallimard, 2000. São da sua autoria ainda alguns artigos em revistas da especialidade que se debruçam sobre a mesma problemática. Isabelle Poutrin – *Le voile et la plume: autobiographie et sainteté féminine dans l'Espagne moderne*. Madrid: Casa de Velázquez, 1995. É autora de outros artigos cujo âmbito cronológico e temático abrange, sobretudo, o reinado de Filipe III.

das temáticas centrais da obra e que medeia entre o reinado de Carlos V e a Guerra da Sucessão de Espanha.

Debruçando-se sobre a complexidade inerente ao domínio do espaço numa ampla Monarquia Compósita ou numa França, ou antes “Estado Monárquico”<sup>3</sup>, em constante reajustamento das suas fronteiras, o segundo capítulo centra-se na problemática do espaço territorial, no modo como as coroas fazem inscrever nele as suas políticas e as reacções que estas desencadeiam numa área rica em particularismos jurídico-institucionais. Destacaria neste capítulo a referência ao modo como se processavam as trocas de correspondência, nomeadamente entre os protagonistas das realidades políticas e diplomáticas europeias, ainda que este seja um elemento complementar no conjunto do capítulo, uma vez que este é um aspecto frequentemente olvidado noutras obras<sup>4</sup>.

O terceiro e quarto capítulos constituem provavelmente o cerne do livro. No primeiro destes, a figura central é o monarca e todo o seu mundo envolvente, frisando-se aspectos diversos, designadamente os fundamentos jurídicos e as teorias políticas que justificam ou debatem o reforço da autoridade real, a formação intelectual dos monarcas, as famílias reais, as políticas matrimoniais e estratégias dinásticas, a vida cortesã e o complexificar do sistema de etiquetas e precedências, as residências reais e a sua simbologia arquitectónica, as cerimónias monárquicas e a sua evolução no período compreendido. No quarto capítulo dão forma ao corpo expositivo os meios de governo das respectivas monarquias, desde o sistema polissinodal que formava a Monarquia Compósita ao sistema de governação por conselhos, no caso particular da França. Para além das competências dos principais conselhos, não é esquecida a influência crescente dos secretários, algo que desembocaria no fenómeno da “privação”. Neste sentido destacam-se as actuações de Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, do conde-duque de Olivares ou de Haro. Já para a segunda metade

---

<sup>3</sup> Designação adoptada para o caso francês, mas como conceito operacional que não deve esquecer a distinção ténue entre interesses do Estado e interesses privados. Lembro que relativamente à realidade da Monarquia Hispânica, as autoras consideram preferível a denominação «autoridade real» ou «servidores do monarca» à de Estado, justificando-o pelo facto de apenas as esferas de actuação do rei e da Igreja serem «supranacionais». Vejam-se a este respeito p. 15-16.

<sup>4</sup> Diogo Ramada Curto, reportando-se às relações diplomáticas entre o reino português e os Habsburgo alerta precisamente para a demora e/ou irregularidade da correspondência neste período, algo que vem de encontro ao que é frisado pelas autoras deste trabalho de forma mais alongada. Cfr. Diogo Sasseti Ramada Curto – *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1985, p. 55.

do século XVII o enfoque recai sobre a preponderância dos primeiros-ministros. Saliento, ainda neste capítulo, particularmente na relação estabelecida entre a difícil gestão da considerável autonomia detida pelos diversos reinos que compunham a já referida Monarquia Compósita e a desagregação da mesma<sup>5</sup>, a menção à revolta portuguesa de 1640. As revoltas portuguesa e catalã aparecem relativizadas no quadro mais vasto dos diversos restantes reinos nos quais não se verificaram agitações semelhantes ou com a mesma dimensão. Concretamente no que diz respeito a Portugal, questiona-se a denominada visão simplista que encara a secessão como uma «Victoire du sentiment national...»<sup>6</sup>. Recorrendo aos trabalhos que mais recentemente se têm preocupado com estas questões, entre os quais se evidenciam os de António Manuel Hespanha, as autoras acentuam a necessidade de alargar o âmbito da investigação a factores sócio-económicos, financeiros e constitucionais.

Finalmente, as relações de poder entre a Igreja e as monarquias, os dispositivos militares daquelas, a forma como estavam estruturados, as reformas, a relação entre o rei e a guerra e as dificuldades de intervenção dos exércitos em espaços distantes do centro administrativo, principalmente no caso da Monarquia Hispânica. Também engendrado neste capítulo, o tema das estratégias políticas características dos principais reinados e as diferentes teses propagandísticas promulgadas no sentido da afirmação das respectivas coroas, e o da diplomacia revestem-se de um interesse indubitável na medida em que matizam uma outra esfera de actuação do poder central.

Note-se, por outro lado, a forma como está estruturado o leque de temáticas frisado. As realidades próprias de cada monarquia não obedecem a uma análise justaposta, mas antes são apresentadas de forma a que se evidenciem os pontos de contacto e as divergências entre elas. Todavia, são as próprias autoras que reconhecem as dificuldades deste tipo de história comparativa face a dois distintos conjuntos políticos, com as suas particularidades e mecanismos de actuação diversos.

---

<sup>5</sup> As autoras reconhecem o facto de o declínio da Monarquia Hispânica permanecer um foco de discussão entre os historiadores. Aliás, há alguns anos J.H. Elliott chamava a atenção para a necessidade de uma abordagem menos apocalíptica desta problemática, defendendo uma abordagem mais fria e racional: «This was a past [...] of monumental achievements as well as monumental failures...». Cfr. J.H. Elliott – *Spain And Its World. 1500-1700*. London: Yale University Press, 1989, p. xiii-xiv; 213-240.

<sup>6</sup> Cfr. p. 353.

Alertam ainda para a desproporção presente na apresentação de temáticas como reflexo da produção historiográfica num e noutra país.

Uma palavra final para reconhecermos a pertinência e a bem conseguida esquematização dos elementos que ao longo do texto se foi enunciando. Uma cronologia que abarca todo o período considerado, mapas que nos permitem visualizar as realidades territoriais, árvores genealógicas, apontamentos biográficos em que se esboçam os traços marcantes de figuras como Jean Bodin, Ana de Áustria, Catarina de Médicis, Colbert, ou Richelieu, entre outros, um glossário, sempre útil na compreensão de alguns conceitos, são sem dúvida enriquecedores na medida em que, podendo ser consultados autonomamente, rapidamente nos fornecem um diversificado manancial de informações. Informações essas cuja consulta directa no texto é facilitado pelo índice analítico das principais figuras nele citadas. Um manuseamento fácil, portanto, reforçado pelo índice geral pormenorizado, que vem sublinhar o carácter de síntese da obra.

Um livro rico em informação, dispondo de uma ampla e actualizada bibliografia que remete o leitor interessado para o aprofundamento de temáticas diversas, constitui certamente um apoio fundamental para o conhecimento do mundo político, jurídico, institucional e ideológico de Antigo Regime em que as monarquias hispânica e francesa urdiram a sua história.

Pedro Levi